

GT22 – Analogias e metáforas

Coordenadores: Prof. Dr. Ronaldo Luiz Nagen (CEFET-MG); Prof. Dr. Ivo de Jesus Ramos (CEFET-MG); Prof. Dr. Alexandre da Silva Ferry (CEFET-MG)

Ementa: O GT propõe discutir a temática das analogias, das metáforas e dos modelos (A&M) na educação e no mundo do trabalho nas seguintes perspectivas: da heurística cognitiva; da construção do conhecimento; da divulgação científica em centros e museus de Ciência e Tecnologia; do processo de ensino e de aprendizagem e da educação profissional e tecnológica. Na perspectiva heurística cognitiva pretende-se discutir o papel das A&M no processo criativo e na descoberta com base no conhecido para o desconhecido. Em relação ao processo de construção do conhecimento serão discutidas A&M presentes na História da Ciência, da Tecnologia e das Artes. A respeito dos centros e museus de Ciência e Tecnologia, pretende-se discutir sobre o uso e os papéis desempenhados pelas A&M na concepção e na exposição de objetos museais para divulgação da Ciência. No contexto do ensino e da aprendizagem, em diferentes áreas de conhecimento, A&M serão tomados como objetos de discussão quanto ao uso sistemático e/ou espontâneo. Em relação à educação profissional e tecnológica pretende-se identificar e atribuir significados às A&M nos processos formativos relacionados ao mundo do trabalho.

Apresentação Oral

Andréa Cristina Maggi; Ivo de Jesus Ramos

Uma análise sobre a relação entre os critérios de textualidade e a elaboração de analogias no processo de ensino aprendizagem

UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE OS CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE E A ELABORAÇÃO DE ANALOGIAS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

MAGGI, Andréa C¹ – acmaggi@gmail.com
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG
Belo Horizonte – MG – Brasil.

RAMOS, Ivo. J.² – ivoramos1706@gmail.com
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG
Av. Amazonas, 7675 - Nova Gameleira
CEP 30510-000 Belo Horizonte – MG – Brasil.

***Resumo:** Este estudo partiu de uma observação durante as apresentações de trabalhos sobre o uso das analogias no cotidiano nas aulas da disciplina “Reconstruindo modelos por analogia” do Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG, o que provocou uma inquietação acerca da eficácia da construção e dos usos das analogias como recursos e modelos de ensino. A partir desse questionamento, neste trabalho de caráter qualitativo, busca-se refletir sobre o papel das analogias na interação sociocomunicativa, compreendendo que se elas são textos devem ser construídas conforme critérios de textualidade, para cumprirem seu papel comunicativo e significativo no processo de ensino e de aprendizagem. Nesse estudo, são apresentados conceitos de analogia e texto, bem como os critérios de textualidade. Ao abordar as premissas da comunicação, baseia-se nas técnicas descritas por Blikstein (2002). Os conceitos de analogia são baseados em Ferry e Nagem (2008) e Fonseca e Nagem (2010). Sobre texto e critérios de textualidade, são citados os estudos de Koch (2010, 2011, 2011a), Paiva (2016) e Ribeiro (2016). Ao final, busca-se refletir se a analogia por cumprir os critérios de textualidade e, assim, ser considerada um texto, é suficiente para que ela seja compreendida pelo interlocutor, cumprindo sua função comunicativa.*

***Palavras-chave:** Analogia. Critérios de textualidade. Ensino e aprendizagem. Texto.*

¹ Graduada em Letras Português/Inglês, pelo Uni-BH, e Mestranda em Educação Tecnológica, pelo CEFET-MG.

² Doutor em Ensino de Ciências e Matemática, pela UNICSUL, Mestre em Educação Tecnológica, pelo CEFET-MG e docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

A ideia de elaborar esse estudo surgiu da observação acerca das apresentações sobre o uso de analogias e metáforas no cotidiano dos estudantes da disciplina “Reconstruindo modelos por analogias”, do Mestrado em Educação Tecnológica, no GEMATEC (Grupo de Estudos de Metáforas e Analogias na Tecnologia, Educação e Ciências) do CEFET-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais).

Durante as explanações sobre assuntos os mais diversos como analogias na arquitetura, na elaboração de projetos, na neurociência, na inteligência artificial, no ensino de biologia, por exemplo, além do próprio conceito de analogia, pudemos perceber uma convergência nas abordagens relacionadas a construção e uso das analogias em contextos distintos.

De maneira geral, ao final de cada apresentação ficaram abertas questões sobre a efetiva compreensão das analogias, uma vez que elas podem não cumprir sua função comunicativa caso o leitor/receptor desconheça algum conhecimento necessário para que a comparação estabelecida pela analogia auxilie o aprendizado de maneira significativa. Esse inclusive pode vir a ser um novo estudo: “verificar se o uso dessa ou aquela analogia, garante que o aluno aprendeu o conteúdo”.

No entanto, ao questionar quais são os critérios que devem ser observados pelo docente ao apresentar uma analogia ou uma metáfora, para garantir que o discente vai compreender a informação que lhe foi passada por meio de um determinado modelo análogo, esbarramos em técnicas de comunicação e na teoria de construção de um texto.

A partir dessas dúvidas que permearam discussões reflexivas sobre o uso de analogias, fomos notando que as condições para o uso de analogias e metáforas (A&M) de maneira significativa no ensino permeiam o estudo do texto. Uma vez que as A&M são criadas a serviço da comunicação, compreendemos que elas têm um objetivo e uma função comunicativa e, nesse sentido, são consideradas textos.

Sendo assim, enquanto textos, para cumprirem seus papéis comunicativos, precisam atender a critérios de textualidade. Contudo, como seguir esses critérios se eles não são estáticos e imutáveis? Observa-se então, segundo Paiva (2016, p. 45), que eles devem ser adequados a

cada situação comunicativa, uma vez que qualquer texto precisa ser textualizado.

2. CONCEITOS DE ANALOGIA E CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE

Apesar da vasta literatura referente aos conceitos de analogia, conforme aponta Ferry e Nagem (2008), ater-nos-emos a dois deles.

O primeiro apresentado é entendido como “a comparação explícita e objetiva de similaridades e diferenças; constitui uma identidade entre as partes estruturais, de interpretação semelhante e ancorada à realidade” (FONSECA 2004 *apud* FONSECA; NAGEM. 2010).

Apesar de todas as diferenças entre conceitos de analogias já apresentados por pesquisadores, Ferry e Nagem (2008) reconhecem a ideia de que “analogia envolve o estabelecimento de comparações, ou relações entre o conhecido e o pouco conhecido ou desconhecido”.

Já a despeito dos critérios de textualidade, entende-se aqui como os fatores pragmáticos que são os elementos atuantes no processo de produção e compreensão de textos e, portanto, de sua coerência, que atuam interligadamente entre si: *situcionalidade* (conjunto de fatores que tornam um texto relevante para cada situação de comunicação corrente ou passível de ser reconstituída), *intencionalidade* e *aceitabilidade* (compreendem da intenção do emissor e da atitude do receptor), *informatividade* (como a informação contida no texto é esperada ou não, previsível ou não; sendo o texto “tanto menos informativo, quanto maior a previsibilidade; e tanto mais informativo, quanto menor a previsibilidade”), *intertextualidade* (maneira pela qual a utilização de um texto depende de um ou mais textos previamente existentes) (KOCH 2011a, p. 74-89).

3. ANALOGIA É TEXTO?

Para tentar responder à pergunta que nominaliza o capítulo, oportunamente urge saber que

texto não é um amontoado de palavras escritas ou oralizadas. “O texto é uma unidade linguística perceptível pela visão ou audição, que é tomada pelos usuários da língua, em uma situação de interação comunicativa específica [...]” (KOCH; TRAVAGLIA, 2011a, p. 12).

Logo, entende-se que uma analogia também pode ser um texto verbal ou não verbal, oral ou escrito, desde que seja coerente e tenha uma função comunicativa definida.

Se a analogia é um texto, ela precisa ser bem articulada, para garantir que seja compreendida pelo receptor da mensagem. Sendo assim, conforme Blikstein (2002, p. 23), entende-se que toda situação comunicativa pressupõe três funções básicas que são produzir uma resposta, tornar o pensamento comum aos outros e persuadir.

Desse modo, percebe-se que uma analogia bem elaborada permite ao leitor produzir um sentido ao objeto que lhe fora apresentado de maneira análoga. Ela também é capaz de popularizar o conhecimento acerca do objeto apresentado e também de convencer o leitor de que há uma relação de sentido entre os objetos apresentados analogamente.

Ainda que este autor destaque três funções básicas relacionando-as a segredos da comunicação escrita, para escrever bem, apropriamos aqui desse conceito para atribuir essas funções a qualquer forma de comunicação (oral, escrita, verbal, não verbal, impressa, digital) que possa se estabelecer sem ruídos, garantindo o entendimento do interlocutor.

Nesse sentido, para compreender a analogia como texto e estabelecer uma relação entre a elaboração de analogias e os critérios de textualidade no ensino, faz-se necessário conceituar o que se entende por texto. Destarte, é indispensável esclarecer como os critérios de textualidade coexistem para que nesse estudo proponha-se conceber uma analogia a partir dos critérios de textualidade.

Para Beaugrabde & Dressier (1983 *apud* Paiva (2016, p. 45), “a textualidade é uma complexa relação entre fatores de coerência empregados na interpretação e na produção de um texto. Basta haver uma unidade linguística a partir da qual se possa produzir sentido para que tal relação seja considerada texto, ainda que apenas uma sentença.”.

De acordo com as teorias da atividade verbal, “atividade através da qual uma expressão linguística é construída para alcançar um objetivo prefixado” (KOCH 2011, p. 11-13), o texto resulta de todo tipo de influência consciente, teleológica e intencional de sujeitos humanos,

individuais ou coletivos, sobre seu ambiente natural e social. Sob a influência de fatores como motivação, situação, prova de probabilidades e tarefa-ação, o sujeito idealiza seu texto, antes de concebê-lo. Para tal, pressupõe-se o uso da linguagem, o domínio da língua, a estilística, as possibilidades de aceitação do ouvinte/ledor/leitor, o contexto e a situação comunicativa. Sabe-se então que o sentido do texto não está nele próprio, mas também no sentido que o leitor é capaz de produzir a partir dele, o que torna compreensível o fato de um enunciado, um texto, uma analogia poder fazer sentido para uma pessoa e não para outra.

Considerando a analogia como um texto, entende-se que, no processo de interpretação e compreensão desta, o leitor precisa interagir com o texto, não só decodificando símbolos, gestos e/ou palavras, mas ativando conhecimentos prévios e de mundo de forma a apropriar-se de seu sentido. Isto posto, é importante ressaltar que

a leitura é, pois, uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo. (KOCH, 2010, p. 11).

Ao estabelecer uma relação análoga entre o conceito de texto com a própria ideia de analogia, talvez possa-se explicar o motivo pelo qual um estudante pode compreender o conteúdo através de uma analogia e outro estudante não o compreenda da mesma maneira, não produzindo sentido ao que foi apresentado pelo professor. Quando o receptor/leitor não reconhece as comparações, as analogias apresentadas, não tendo conhecimento prévio a ser ativado, e/ou desconheça o vocabulário utilizado, é possível que a analogia não cumpra o seu papel comunicativo. Consequentemente, a intenção do professor de mediar a compreensão do estudante por meio desse método, torna-se ineficaz, pois já que

[...] para que uma manifestação linguística constitua um texto, é necessário que haja a intenção do produtor de apresentá-la – e a dos parceiros de aceitá-la como tal –, em uma situação de comunicação determinada. Pode, inclusive, acontecer que, em certas circunstâncias, se afrouxe ou elimine deliberadamente a coesão e/ou coerência semântica do texto com o objetivo de produzir efeitos específicos. Aliás, nunca é demais lembrar que a coerência não constitui uma propriedade ou qualidade do texto em si: um texto é coerente para alguém, em dada situação de comunicação específica. (KOCH, 2011, p. 21)

Dadas as condições para que um texto seja considerado como um enunciado coerente ao entendimento do leitor, leva-se em conta também que a analogia se constitui texto. Essa premissa se fundamenta por a analogia ter a função de se fazer comunicar um determinado conteúdo por intermédio de si mesma. Por conseguinte, entende-se que para que ela exista, e

seja compreendida pelo leitor, é preciso que o enunciador a elabore considerando os critérios de textualidade.

A princípio deve-se pensar em relação à condição de produção dessa analogia. Além de dever estar adequada ao público alvo e ser pertinente à função comunicativa a que se propõe, precisa também estar contextualizada ao cotidiano do leitor. Se uma analogia contém as informações necessárias para que esse receptor produza sentido e conseqüentemente conhecimento a partir da compreensão entre ela própria e o objeto de análise, pode-se entender que ela cumpriu sua função comunicativa e, portanto, é um texto, já que ela cumpre os critérios de textualidade.

Paralelamente deve-se ter clara a intenção, o objetivo de se criar uma analogia para se explicar determinado conteúdo, inferindo se a forma como está sendo proposta a analogia será aceita pelo público alvo, ou seja, se ele está preparado para compreendê-la. Ainda nessa linha de pensamento, tendo determinado o público alvo, é preciso adequar a analogia de modo que a informação passada através dela não seja tão simplista que a banalize e faça com que o leitor perca o interesse no método, nem tão complexa que o impeça de compreender a proposta apresentada. Nesse sentido, entende-se que deva haver um grau de informatividade médio – ocorre quando a informação prestada, além de acionar o conhecimento prévio do leitor, acrescenta novas informações.

Por último, porém não menos importante, ressalta-se que a analogia deve ser pensada do ponto de vista intertextual. Sobre esse fator entende-se que todo leitor traz consigo conhecimentos prévios que serão ativados para interpretar textos nos diversos contextos e nas diversas situações comunicativas a que é exposto a todo momento.

Se a analogia estabelece uma conexão comparativa com algo da realidade experienciada pelo receptor, entende-se nessa correlação com os critérios de textualidade que para ser compreendida é essencial que se tenha em mente que o leitor possui conhecimentos prévios mínimos para produzir o sentido ao que foi proposto. Caso o emissor não tenha essa certeza, ou não possa garantir que o destinatário possui os conhecimentos mínimos necessários para a produção de sentido de um conteúdo a partir do uso de uma analogia, o ideal é que se faça uma contextualização contribuindo para que o receptor resgate e/ou adquira o conhecimento prévio indispensável para produzir sentido à analogia sugerida.

4. UM RUÍDO NA COMUNICAÇÃO PARA FALAR DE ANALOGIA

Se quem não se comunica bem, perde o trem, como aconteceu com o gerente que solicitou à secretária que lhe reservasse um lugar no trem das 8 para o Rio (Figura 1), e perdeu o trem, o professor que não seleciona adequadamente suas analogias não alcança seu objetivo.

Figura 1 – Bilhete

*Maria: devo ir ao Rio amanhã sem falta.
Quero que você reserve, um lugar, à noite, no trem das 8 para o Rio.*

Fonte: Blikstein (2002, p. 5)

Essa analogia contribui para a compreensão da importância de se produzir coerentemente uma analogia ou uma metáfora, tendo o cuidado de evitar as ambiguidades não intencionais. Sendo assim, em caso de ambiguidades não intencionais, como ocorre no exemplo em análise, a comunicação pode não cumprir o seu papel. Cabe destacar que, no exemplo dado, o desvio gramatical ortográfico não interfere na compreensão.

No exemplo escolhido, o gerente não articulou as ideias adequadamente, para significar aquilo que pretendia comunicar, ao deixar um recado para sua secretária. Apesar de ter executado o comando, a secretária não o fez como o gerente acreditava que tivesse orientado. Para ele, a mensagem estava clara, contudo, além de não usar o vocabulário oportuno, havia na mensagem duplicidade de sentido, causando má interpretação da comunicação da ideia à secretária, no caso, a receptora da mensagem.

No entanto, o gerente esperava, com sua mensagem, que a secretária comprasse uma passagem, para o trem que partiria às 8h da noite. Contudo, ela entendeu que deveria ir à estação, à noite, reservar um lugar no trem das 8h da manhã, mas que não precisava comprar a passagem. Desse modo, a comunicação não se estabeleceu de forma satisfatória, pois para que um texto cumpra seu papel comunicativo, é preciso que o leitor teça o sentido a partir do que o autor propôs (RIBEIRO, 2016, p. 35.), e essa conexão emissor e receptor da mensagem não se estabeleceu de maneira eficaz.

No caso apresentado na Figura 1, a leitora não teceu sentido satisfatório porque a proposta do

autor, além de não estar devidamente articulada contém inconsistência nas informações. Para Blikstein (2002), a comunicação entre os interlocutores deve ocorrer de forma a se estabelecer sem ruídos.

Vale ressaltar que, nesse sentido, as relações que fazem diferença para o leitor dizem respeito às linguagens, às modalidades, às semioses, às modulações entre linguagens, mais do que ao papel ou à tela (arrisco-me?). Mas nem todos os textos são compostos de maneira bem orquestrada e adequada. (RIBEIRO, 2016, p. 36). Assim também ocorre com a analogia. Para que ela seja assimilada, é preciso que as informações que a compõem estejam bem articuladas, ou seja, o texto precisa estar coerente e apropriado ao público alvo que se pretende atingir. Sobre o uso das analogias, é importante destacar que

Desde o início da história registrada, analogias têm sido usadas por crianças e adultos como ferramentas na construção de conceitos, como afirmam Harrison & Treagust (1993). Entretanto, embora o raciocínio analógico possa ser considerado por muitos pesquisadores como um importante componente da cognição humana (DAGHER, 1995), estes também concordam que a utilização de analogias no ensino de Ciências não pode se limitar ao seu uso espontâneo, natural e indiscriminado, deixando-se simplesmente por conta do livro didático, ou do aluno, a responsabilidade de identificar os aspectos semelhantes a serem observados na relação e principalmente as limitações implícitas da comparação. Há inúmeras pesquisas na área que apontam para os perigos, as limitações, as dificuldades e os cuidados necessários ao uso de analogias como modelos de ensino ou estratégias didáticas pelos professores. (FERRY; NAGEM, 2008).

Estendemos as considerações de Ferry e Nagem (2008) além do ensino de Ciências para as demais áreas do saber por entender que os critérios de elaboração de uma analogia independem da área do conhecimento a que se aplicam. Essa limitação e esse uso indiscriminado devem ser analisados em quaisquer situações nas quais haja a pretensão de aplicar analogias ao ensino.

Em uma sala de aula, ao usar uma analogia, é possível que o docente acredite ter conseguido passar sua mensagem, seu conteúdo curricular ao estudante, por ter usado um modelo, um método diferenciado de ensino que tem como objetivo mediar a compreensão do conteúdo ensinado. Desse modo, se o docente presumir que uma analogia foi oportuna, pode subentender que o estudante tenha apreendido o que fora proposto. Entretanto, se o texto estiver claro para o remetente, mas a analogia não estiver suficientemente clara para o destinatário, o aprendizado pode não ser significativo. Se isso ocorrer, pode-se ter a falsa impressão de que o uso de analogias não é um método eficaz a ser aplicado no processo de ensino e de aprendizagem.

Ao relacionar uma analogia com a ideia de comunicação como sendo o ato de que “*escrever bem é tornar comum aos outros o nosso pensamento*” (BLIKSTEIN 2002, p. 20), e o conceito proposto por Ferry e Nagem (2008), uma analogia, que cumpre seu papel de estabelecer comparações entre o conhecido e o pouco conhecido a favor da compreensão de um conteúdo, pode ser considerada texto quando ela estabelece uma relação comunicativa significativa entre professor e estudante e este aprende o que foi proposto através do modelo utilizado.

Assim sendo, a compreensão de um conteúdo por meio do uso de um processo análogo não se estabelece como o planejado, do mesmo modo como aconteceu entre o gerente e a secretária no caso da reserva/compra de passagem. Em uma situação comunicativa, “o remetente tem por função enviar uma mensagem ao destinatário, estimulando-o a produzir uma determinada resposta” (BLIKSTEIN, 2002, p. 27).

No que tange à analogia enquanto texto, é possível dizer que uma analogia bem elaborada é aquela em que a ideia análoga tem um grau de informatividade médio, ou seja, que resgata algum conhecimento prévio do estudante e agrega outros; está contextualizada em uma determinada situação comunicativa; tem uma intenção comunicativa determinada; e é aceita pelo estudante enquanto processo de aquisição do saber.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de ser uma referência ou uma orientação de como se constrói uma analogia, esse estudo apenas incita uma reflexão sobre os motivos que podem fazer com que uma analogia não alcance os objetivos pretendidos.

Compreende-se então que a inobservância de um ou mais critérios de textualidade pode ser um dos motivos geradores da não compreensão de uma analogia. Ressalta-se que esta, enquanto texto, em razão de sua função comunicar comparativamente algo a alguém, resgatando conhecimentos prévios para construir um novo conhecimento, necessita antes de tudo estar bem elaborada, coesa e coerentemente, ter informação que agregue valor ao receptor, estabeleça uma relação com conhecimentos que ele já possui, tenha uma intenção comunicativa explícita que seja aceita por ele e esteja contextualizada em uma determinada situação comunicativa.

Isto posto, faz-se necessário aprofundamento nessa abordagem, e, talvez, outros estudos para que se comprove ou refute a ideia de que as analogias são textos e que cumprem o seu papel comunicativo. A fim de serem compreendidas em sua totalidade também devem adequar-se aos critérios de textualidade ao serem elaboradas, em vistas de alcançar o objetivo de poder ensinar algo a alguém de forma comparativa que possibilite a construção do conhecimento esperado, a partir dos modelos análogos.

Com este estudo, entendemos que uma unidade, para ser considerada texto, não basta estar linguisticamente correta, é preciso que esta produza sentido aos interlocutores envolvidos no processo de comunicação (BEAUGRANDE & DRESSIER, 1983 *apud* PAIVA, 2016, p. 45). Sob perspectiva, uma analogia que não cumpre esses critérios não se constitui um texto, por não cumprir seu papel comunicativo de facilitar o entendimento do leitor diante do conteúdo complexo que fora explicitado por meio de um modelo análogo. Em uma ocasião na qual a analogia não cumpre seu papel comunicativo de mediar o processo de ensino e de aprendizagem, é necessário rever os critérios de textualidade e adaptar o modelo ao público alvo pretendido, a fim de alcançar os objetivos pretendidos.

REFERÊNCIAS

- BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. São Paulo: Ática, 2002.
- FERRY, Alexandre da Silva; NAGEM, Ronaldo Luiz. Analogias & contra-analogias: uma proposta para o ensino de ciências numa perspectiva bachelardiana (Analogies and counter-analogies: a proposal for science teaching from a bachelardian perspective). **Experiências em Ensino de Ciências**. V3(1), p. 7-21, 2008.
- FONSECA, Eliane G. Silva; NAGEM, R. L. A utilização de modelos, analogias e metáforas na construção de conhecimentos significativos à luz da teoria de Vygotsky. In: **II Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia**. 07 a 09 de outubro de 2010. ISSN: 2178-6135. Artigo número: 137.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 13. ed. São Paulo, Cortez, 2011a.

PAIVA, Francis Arthuso. Leitura de imagens em infográficos. In: COSCARELLI, Carla Viana (org.). **Tecnologias para aprender**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 43-59.

RIBEIRO, Ana Elisa. Leitura, escrita e tecnologia: questões, relações e provocações. In: COSCARELLI, Carla Viana (org.). **Tecnologias para aprender**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 31-42.

AN ANALYSIS ON THE RELATIONSHIP BETWEEN THE CRITERIA OF TEXTUALITY AND THE ELABORATION OF ANALOGIES IN THE TEACHING PROCESS LEARNING

Abstract: *This study was based on an observation during the presentations of works on the use of analogies in daily life in the classes of the discipline "Reconstructing models by analogy" of the Master in Technological Education of CEFET-MG, which caused a concern about the efficiency of construction and uses of analogies as resources and teaching models. From this questioning, in this qualitative work, we seek to reflect on the role of analogies in the socio-communicative interaction, understanding that if they are texts must be constructed according to criteria of textuality, to fulfill their communicative and significant role in the teaching process and learning. In this study, concepts of analogy and text are presented, as well as textuality criteria. In addressing the premises of communication, it is based on the techniques described by Blikstein (2002). The concepts of analogy are based on Ferry and Nagem (2008) and Fonseca and Nagem (2010). On text and criteria of textuality, the studies of Koch (2010, 2011, 2011a), Paiva (2016) and Ribeiro (2016) are cited. In the end, it is sought to reflect if the analogy to fulfill the criteria of textuality and, thus, to be considered a text, is enough so that it is understood by the interlocutor, fulfilling its communicative function.*

Keywords: *Analogy. Criteria of textuality. Teaching and learning. Text.*
